

NEGROS E INDÍGENAS NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E GUIANA FRANCESA: O CASO DA COMUNIDADE “MISTURADA” QUILOMBOLA KULUMBU DO PATUAZINHO¹

*Jelly Juliane Souza de Lima*²

RESUMO

Na Amazônia ainda são escassos os estudos que tratam das relações multiétnicas entre negros e indígenas. Esse é o caso da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, principalmente do município de Oiapoque, onde existe uma diversidade sociocultural, mas ainda predomina o desconhecimento acerca da presença de comunidades quilombolas nessa região. Neste artigo exploro o processo de formação do quilombo Kulumbu do Patuazinho onde negros e indígenas construíram relações com o território ocupado que originou a formação da comunidade. Para a realização da pesquisa, utilizaram-se métodos concatenados como a história oral, etnografia e caminhamentos pelo território. A participação dos moradores da comunidade foi essencial para o registro das informações ao longo da pesquisa. Os resultados permitem compreender que a formação da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho parte do princípio da valorização das misturas das relações da matriz africana e da cosmologia indígena que perpassam pelo território e dão sentido a perspectiva da comunidade no quilombo.

PALAVRAS-CHAVE: Território quilombola. Negros. Indígenas. Fronteira Franco-Brasileira. Formação de comunidade.

BLACKS AND INDIGENOUS PEOPLE ON THE BORDER BETWEEN BRAZIL AND FRENCH GUIANA: THE CASE OF THE “MIXED” QUILOMBOLA COMMUNITY, KULUMBU DO PATUAZINHO

ABSTRACT

In the Amazon, there are still few studies that deal with multiethnic relations between blacks and indigenous people. This is the case of the border between Brazil and French Guiana, mainly in the city of Oiapoque, where there is a sociocultural diversity, but the lack of knowledge about the presence of quilombola communities in this region still prevails. In this article I explore the formation process of the Kulumbu do Patuazinho quilombo where black and indigenous people built relationships with the occupied territory that originated the formation of the community. To carry out the research, concatenated methods such as oral history, ethnography and

¹ **AGRADECIMENTOS:** Aos moradores da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho pela participação na pesquisa. Este artigo é dedicado a Benedito Anunciação Furtado *in memoriam*. Agradeço à equipe de pesquisa: Edineth Silva, Kathelin Mendonça, Letícia Barros e Avelino Gambim Júnior. As ideias que motivaram a escrita deste artigo vêm da disciplina “História indígena e indigenismo” ministrada pela prof. Dra. Soraia Dornelles pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que tratou de temas como as relações entre indígenas e negros.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista FAPEMA.

E-mail: juliancejelly@gmail.com

journeys through the territory were used. The participation of community residents was essential for information recording throughout the research. The results allow us to understand that the formation of the quilombola community Kulumbu do Patuazinho starts from the principle of valuing the mixtures between the relations of the African matrix and the indigenous cosmology that permeate the territory and gives meaning to the perspective of the community in the quilombo.

KEYWORDS: Quilombola territory. Black people. Indigenous people. Franco-Brazilian Border. Community formation

1. INTRODUÇÃO

No Brasil o processo de escravidão e as primeiras décadas da emancipação resultaram na formação de comunidades negras, como quilombos (GOMES, 2015; SCHWARTZ, 1987). As comunidades negras produziram histórias complexas em torno do território, com aspectos da cultura material e imaterial próprias, baseadas nas relações de parentesco e manejo coletivo da terra, lutas por seus direitos à cidadania e garantia do território ocupado (ABREU; MATTOS, 2008; MARIN; CASTRO, 2004; GOMES, 2015; GOMES; DOMINGUES, 2013; SAMPAIO, 2011; SCHWARTZ, 1987). Na Amazônia, ao voltar a atenção para as populações negras como sujeitos históricos, persiste ainda o silêncio de memórias, trajetórias, histórias, espaços de luta e de sobrevivência (GOMES, 2015; SAMPAIO, 2011; PRICE, 2007). Esse fenômeno se acentua à medida que de regiões como o litoral paraense se adentra na Amazônia profunda (SAMPALIO, 2011, p. 1-2). Nesse cenário, algumas pesquisas vêm permitindo conhecer e reconhecer as diferentes experiências sociais das populações negras, ao situar suas histórias, vozes e narrativas no debate historiográfico (MARIN; CASTRO, 2004; FUNES, 1995, 2015; GOMES; DOMINGUES, 2013; PRICE, 1983a).

No Estado do Amapá, até 2011 foram registradas cerca de 138 comunidades³ negras que ocupam territórios, em decorrência de processos como fugas da escravidão no passado ou atualmente com a migração de núcleos familiares em busca de terra (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2021; SUPERTI; SILVA, 2015; TASSINARI, 2003). Especificamente nas fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa, onde está localizado o município de Oiapoque, destaca-se a diversidade de grupos indígenas que vivem na região, os povos Karipuna, Palikur, Galibi Kaliña e Galibi Marworno (GALLOIS; GRUPIONI, 2003; TASSINARI, 2003; VIDAL, 1999).

³ Conforme Eliane Superti e Gutemberg Silva (2015) comunidade é o termo usado no sentido que os moradores costumam atribuir, por exemplo, ao seu agrupamento, ou seja, um espaço constituído e representado por um conjunto das moradias, escola, centro comunitário, roças, mata, elementos que fazem parte da sua territorialidade e onde se estabelecem relações sociopolíticas e econômicas.

Apesar da maioria da população do Estado do Amapá reconhecer a diversidade social, como os povos indígenas, existente no município de Oiapoque, ainda existe um desconhecimento acerca da presença de comunidade negras nessa região (ANJOS, 2013). É o que temos descoberto ao fazer pesquisa em parceria com comunidades negras na fronteira franco-brasileira (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2021, 2022; LIMA et al, 2022). Como lembra a jornalista Marcela Bonfim (2021) é preciso “(Re) conhecer a Amazônia negra”. Hoje, na agenda das comunidades negras em geral estão a luta pela cidadania e direitos ao território (ARRUTI, 2001; LEITE, 2000; O’DWYER, 2002).

Em meados de 2018, junto a representantes da Secretaria Extraordinária de Políticas para os Povos Afrodescendentes (SEAFRO-AP) e Fundação Cultural Palmares (FCP), viajamos para o município de Oiapoque para a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. Diante do cenário de abandono por parte do poder público e constantes ameaças, percebemos que poderíamos ajudar a comunidade ao desenvolver projetos, pesquisas, apresentações e produção de relatórios que poderiam auxiliar nas pautas de interesse desses atores sociais. No entanto, somente em 2019 consultamos a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho para saber se teriam interesse que desenvolvêssemos atividades de pesquisa, tendo a participação dos moradores (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2021, 2022).

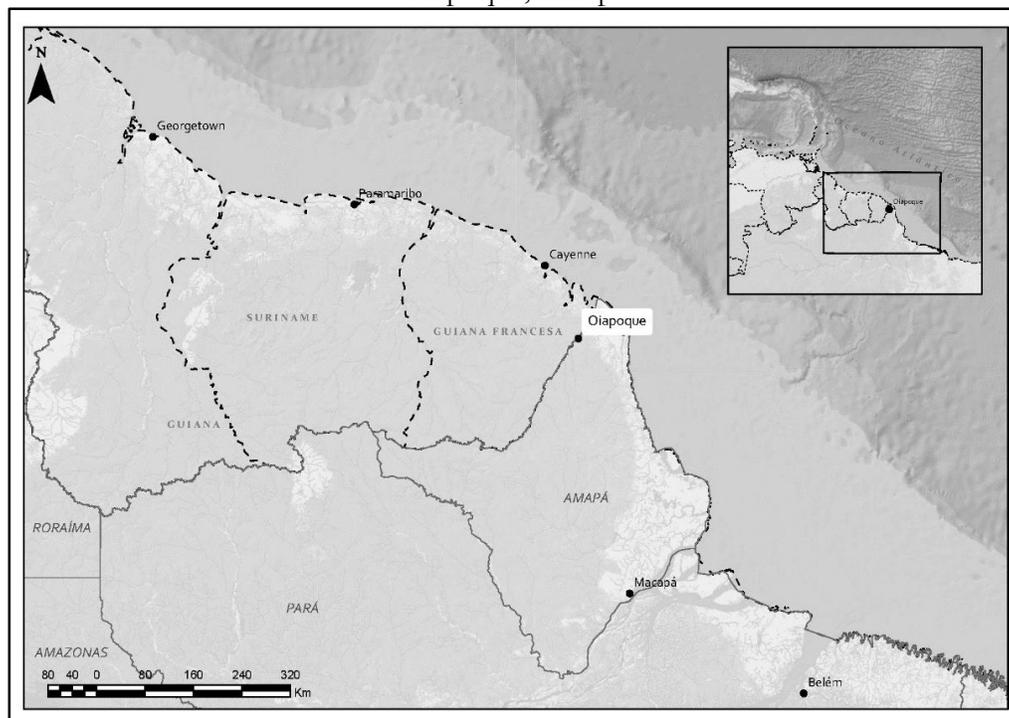
Durante o contato com a comunidade percebemos que vários temas poderiam ser alvo de estudos como o mundo do trabalho, religiosidade, festas, práticas de cura, conflitos de terra, cartografia, patrimônio material e imaterial, racismo e território (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2022). Dessa forma surgiu o interesse por realizar pesquisas colaborativas com comunidades negras e motivou a elaboração do projeto cujo objetivo é realizar estudos interdisciplinares nas áreas da História, Antropologia e Arqueologia e conta com uma equipe formada por pesquisadores e estudantes de graduação (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2021, 2022). Com a permissão da liderança da comunidade e sinalização positiva para elaborarmos um projeto de pesquisa colaborativa, em 2019 iniciamos de fato a elaboração de um projeto (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2021; LIMA et al, 2022).

O projeto⁴ “Quilombolas do norte do Amapá (séc. XVIII-XXI): estudos históricos, etnográficos e arqueológicos 4” encontra-se vinculado à Associação Quilombola Kulumbu do Patuazinho e não possui fomento financeiro para o desenvolvimento da pesquisa. A comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho é um território multiétnico onde vivem negros e indígenas,

⁴ Os recursos financeiros para o desenvolvimento da pesquisa do projeto são oriundos dos pesquisadores. A equipe do projeto conta com dois coordenadores, os pesquisadores Jelly Juliane Souza de Lima e Avelino Gambim Júnior, ambos docentes colaboradores no curso de História da Universidade Federal do Amapá (Unifap), Campus Marco Zero.

localizada no município de Oiapoque, nas fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa. A comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho está situada na área urbana da cidade de Oiapoque (figura 01) e se encontra constantemente ameaçada. O reconhecimento do território por parte das comunidades quilombolas no Brasil, decorre principalmente diante dos conflitos de terra, em contextos protagonizados por diferentes atores sociais, como quilombolas e frentes de expansão da sociedade envolvente (MARIN; CASTRO, 2004; ARRUTI, 2001; LEITE, 2000).

Figura 1: Mapa de localização da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho no município de Oiapoque, Amapá



Fonte: acervo do projeto, 2020.

Com cerca de 30 anos de existência, a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho é o primeiro quilombo amapaense que se iniciou como quilombo urbano. Fora da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, o aumento da cidade de Oiapoque já lhe conferiu posição de bairro, o que gera conflitos acerca do território. Na área fora da mata, delimitada por ruas e bairros, existe forte especulação imobiliária e pressões por pessoas ligadas a Prefeitura (FCP, 2009; MPF, 2020, 2021; PF, 2021). Em termos de conhecimento são escassos estudos sobre a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho (ECOLOGY BRASIL, 2018; LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2021; SUPERTI; SILVA, 2015).

Este artigo procura compreender as relações entre o processo de territorialidade e formação da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, no espaço transnacional do Brasil e Guiana Francesa⁵, especificamente no município de Oiapoque, entre os anos de 1990 a 2020. Nessa pesquisa seguimos a proposta de Marin e Castro (2004) que para a pesquisa em Abacatal, no Pará, o peso do documento escrito foi relativizado como única peça testemunhal dos fatos, enquanto o relato oral é um documento possível de fazer a leitura da experiência social do grupo em questão.

Assim, o trabalho de campo se torna imprescindível e requer tempo, principalmente porque a “sacada” advém do “estar no campo” (OLIVEIRA, 1998; OLIVEIRA, 2012; URPI, 2012). Basicamente a experiência da pesquisa foi pautada em estar no campo, conversar com as pessoas, caminhar pelo território e descobrir as histórias e narrativas sobre o território ocupado por essa comunidade negra. A prática da pesquisa de campo registra informações mediante ver e ouvir, ao viver a “vida etnográfica” (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2021, 2022; GOLDMAN, 2008; OLIVEIRA, 1998; OLIVEIRA, 2012; PRICE, 2007; URIARTE, 2012).

Os resultados da pesquisa de campo e uso de metodologias⁶ como entrevistas, registro fotográfico, etnografia e caminhamentos no território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, permitiram compreender que a formação de uma nova comunidade originada com o processo de migração levou a construção de novas territorialidades e sociabilidades que se mesclam com as histórias ancestrais da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa e do Maranhão, espaço de onde veio o núcleo familiar negro que originou o quilombo Kulumbu do Patuazinho. Assim, entendemos ser por meio da oralidade, do cotidiano, das memórias e dos lugares que negros e indígenas constroem suas histórias acerca da ocupação do território na fronteira franco-brasileira. Neste sentido, demonstra-se a importância da luta histórica e social dessa comunidade, em sua luta de mais de trinta anos por reconhecimento do território e garantia de seu modo de vida.

Neste artigo são apresentados três divisões. O primeiro bloco apresenta uma breve contextualização histórica sobre a formação de quilombos na área do hoje estado do Amapá, destacando principalmente o histórico das fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa. Em um segundo bloco, evidencia-se a história da formação da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho e as

⁵ Ou Guianas formada pelo Brasil, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e territórios adjacentes aos países vizinhos: Guyana, estado da Venezuela; Amapá, norte do Pará e Roraima, estados do Brasil (o atual estado do Amapá era conhecido como Guiana Portuguesa na época da colonização).

⁶ Os envolvidos no projeto assinaram autorizações de usos de entrevistas e imagens. Essas autorizações visam destacar que a construção da pesquisa segue princípios éticos de respeito ao envolver pessoas no processo de construção do conhecimento.

relações entre negros e indígenas no território, com base no uso do método da História oral e registro etnográfico. Já no terceiro bloco, há descrições sobre o território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho realizada por meio dos métodos de georreferenciamento com uso de GPS (Sistema de Posicionamento Global) e percorrimento pedestre.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO AMAPÁ

As interações entre negros e indígenas remontam ao contexto colonial (SCHWARTZ, 1988). Essas relações de interação e de contato entre diferentes grupos desde o passado ainda são pouco compreendidas (GOMES; DOMINGUES, 2013; SCHWARTZ, 1987). O resultado natural do processo de escravidão de negros e indígenas foram as fugas e resistências na forma de quilombos (SCHWARTZ, 1988, p. 28). Para a Amazônia, é comumente encontrada a designação de mocambo do que a de quilombo⁷ para os agrupamentos de escravos fugidos (SCHWARTZ, 1988). O mocambo é o mais apropriado por significar um aldeamento fixo, permanente, ao contrário, por exemplo, de quilombo que era provisório (QUEIROZ; GOMES, 2002, p. 32).

O Estado do Amapá está localizado na margem esquerda da foz do rio Amazonas, tendo uma área de fronteira internacional, que faz limite com Suriname e Guiana Francesa. As bibliografias acerca das comunidades quilombolas no Estado do Amapá, permitem situar suas origens ao considerar dois movimentos de ocupação do território: 1) fuga da escravidão durante o período colonial e 2) migração de núcleos familiares em busca terra para a prática da agricultura e trabalho (SUPERTI; SILVA, 2015). No movimento de ocupação do território por meio da fuga de escravos, a formação dos mocambos⁸ e quilombos ocorreu principalmente no final do século XIX, em direção à região conhecida como terras do Cabo Norte (hoje Estado do Amapá), ou que se podia chamar de Guianas brasileiras (SCHWARTZ, 1988).

Nessa fronteira internacional existia inúmeros grupos indígenas e uma esparsa população colonial (HURAUULT, 1972). Nesse cenário, os grupos indígenas resistiam aos assentamentos coloniais,

⁷ Conforme Stuart Schwartz (1987, p. 83-87) o termo quilombo ou ki-lombo seria de origem angolana e se referia a uma sociedade militar formada basicamente por homens que passavam por determinados tipos de treinamento e ritual de iniciação.

⁸ Para José Arruti (2001, p. 244) mocambo é: “Palavra portuguesa de origem quimbundo (mu’ kambu), “mocambo” significa coto de escravos ou de gado fugido, ou simplesmente habitação miserável, podendo assim, sugerir uma associação direta entre nome da comunidade e sua identificação como “remanescente de quilombo”. Para uma revisão historiográfica acerca da ressemantização de quilombo ler Adelmir Fiabani (2005).

mas também as invasões das tropas, dos desertores militares ou de escravos fugidos (GOMES; DOMINGUES, 2013; LUNA, 2011; SCHWARTZ, 1988). Paralelamente, as autoridades coloniais utilizavam indígenas e africanos nas mesmas tarefas (SCHWARTZ, 1988). A formação desses quilombos destacava-se pela composição étnica diversificada, pois envolviam a presença de africanos e indígenas, ambos fugitivos de lugares como Macapá, Mazagão, Guiana Francesa e do Baixo Amazonas – Pará (GOMES; DOMINGUES, 2013; LUNA, 2011; QUEIROZ; GOMES, 2002; SCHWARTZ, 1988).

Os escravos fugidos passaram a ocupar o território ao longo dos rios como o Matapi, afluente do Araguari, em um processo de migração pelos rios, igarapés, afluentes e furos existentes na região do Amapá (QUEIROZ; GOMES, 2002, p. 28). Nas fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa, formou-se outra rota de fuga e de mocambos e quilombos formados por escravos fugidos de Macapá e Mazagão como escravos guianenses que se instalaram nas redondezas do rio Cunani (QUEIROZ; GOMES, 2002; SCHWARTZ, 1988). Desde o século XVIII destaca-se a formação de comunidades transétnicas⁹ de “negros da mata” e grupos indígenas¹⁰ num movimento transnacional rumo as fronteiras do Grão-Pará com Suriname e Guiana Francesa reinventavam num processo de territorializações suas próprias fronteiras (GOMES; DOMINGUES, 2013, p. 79-100).

Os contatos entre negros e indígenas nas fronteiras ocasionaram redefinições em termos étnicos e articulações com os demais setores da sociedade envolvente (GOMES; DOMINGUES, 2013, p. 79-80). No final do século XIX¹¹, a área do Contestado Franco-Brasileiro passou a ser um espaço de liberdade para os fugitivos da escravidão vindos de diferentes lugares (CARDOSO, 2008; QUEIROZ; GOMES, 2002). O processo de fugas de escravos, ocasionou o adensamento de comunidades quilombolas em algumas regiões do que se conhece hoje como Estado do Amapá. Pesquisas realizadas recentemente sobre comunidades quilombolas, indicam que os territórios das regiões onde estão situados os rios e igarapés, como o Pedreira e o Matapi concentram o maior número de comunidades negras do Estado do Amapá, sendo a maioria certificadas através do

⁹ As comunidades transétnicas, “misturadas” remetem as relações entre indígenas, africanos e seus descendentes em regiões de fronteira ao longo da colonização (GOMES, 2011; GOMES; DOMINGUES, 2013).

¹⁰ Estudos importantes sobre os grupos indígenas das Guianas encontram-se em Jean Hurault (1972), Neil Whitehead (2002) e Curt Nimuendaju (2004). Referente aos negros das Guianas sugerem-se os estudos de Richard Price (1983a, 1983b, 2007), Serge Mam-Lam-Fouck (1986, 1999) e Eurípedes Funes (1995).

¹¹ Em síntese sobre a presença e relações entre negros e indígenas principalmente no século XIX nas fronteiras das Guianas pode ser encontrada em Flávio Gomes e Petrônio Domingues (2013). Para Gomes e Domingues (2013, p. 79-80) nas áreas da Amazônia como o Baixo Amazonas, principalmente para os séculos XIX e XX estão bem registradas nos documentos as relações de solidariedade, proteção e conflitos envolvendo mocambeiros e grupos indígenas.

autorreconhecimento de remanescentes de quilombolas emitido pela FCP. A concentração de comunidades quilombolas situa-se nos municípios de Macapá e Santana (SUPERTI; SILVA, 2015, p. 6).

Fora da área que envolve os municípios de Macapá e Santana, onde existe a maior concentração de comunidades quilombolas registradas, ao norte do Estado do Amapá existem as comunidades quilombolas, São Tomé do Aporema (Tartarugalzinho), Igarapé do Palha (Ferreira Gomes), Conceição do Macacoari (Itaubal), Cunani (Calçoene) e Kulumbu do Patuazinho (Oiapoque). O movimento de ocupação do território, originado pelo processo de migração de núcleos familiares negros vindos de fora do Estado do Amapá, ainda carece de estudos sistemáticos e focalizados sobre a formação dessas comunidades quilombolas, como a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. As poucas informações disponíveis permitem emergir e reconhecer alguns núcleos familiares que chegaram ao Estado do Amapá na procura por melhorias de vida ao buscar emprego em áreas urbanas e terras para a realização de atividades como agricultura e pecuária de pequeno porte (SUPERTI; SILVA, 2015).

No Estado Amapá, os direitos e lutas das comunidades negras encontraram o apoio da SEAFRO, CONAQ-AP, associações comunitárias e movimentos sociais negros (SUPERTI; SILVA, 2015, p. 1). Hoje, estima-se existam cerca de 200 comunidades negras identificadas, sendo 47 certificadas junto a FCP e outras 4 tituladas através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse é o caso da família Furtado, que migrou do Estado do Maranhão para o Estado do Amapá, o que permitiu fundar a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho no município de Oiapoque, área de fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, em meados de 1990.

3. BREVE HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KULUMBU DO PATUAZINHO

A história da formação do quilombo Kulumbu do Patuazinho é contada por meio das entrevistas feitas com três pessoas que lembram da sua participação no cotidiano da comunidade. Os colaboradores Benedito Anunciação Furtado, Claudemir dos Santos Batista e Diva dos Santos apresentam informações descritas nesse texto na forma de relato. Ao longo da pesquisa os colaboradores vão aparecendo como protagonistas da história que rememora a trajetória da formação da comunidade e do envolvimento de negros de outros lugares que passaram a viver no quilombo e de indígenas. Com as entrevistas dos colaboradores e seus relatos permitem situar e compreender as relações dessas pessoas como o território ocupado.

Como relatou Benedito Furtado, a trajetória da formação do quilombo Kulumbu do Patuazinho está relacionada com a trajetória do núcleo da família Furtado. O sr. Benedito Anunciação¹² Furtado (figura 2) de 51 anos, popularmente conhecido como pai Bené liderança vinculada a matriz africana, decidiu migrar na década de 1990 do Estado do Maranhão, de uma comunidade quilombola localizada em Pindaré-Mirim, para outro estado em busca de melhores condições de vida para a família. Inicialmente, a família Furtado estabeleceu-se no Estado do Pará, no município de Marabá.

Figura 2: Sr. Benedito Furtado, fundador da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho



Fonte: acervo do projeto, 2019-2020.

A comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho está localizada no município de Oiapoque, nas fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa. Ao ter ponto de referência o Monumento do Extremo Norte, via BR-156 (km 672), os cerca de 5 km de asfalto, somados a mais ou menos 1 km de terra batida, levam a localização da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, no bairro Infraero. Logo na entrada da comunidade, uma ponte de madeira que permite o acesso ao lugar, indica um pequeno trecho de curso de água do igarapé Patuazinho. Ao completar dez anos de estada no Pará, por volta da década de 1990, pai Bené recebeu um convite de um cliente para fazer um trabalho espiritual no Estado do Amapá, permanecendo cerca de dois meses. Nesse período de trabalho

¹² Benedito Anunciação Furtado (51 anos). Julho de 2020. Entrevistas realizada com a liderança em diferentes momentos (2018-2021), nos municípios de Macapá e Oiapoque, Amapá.

espiritual executado na matriz religiosa africana. Um dos seus clientes conversou sobre as possibilidades de trabalho espiritual na cidade, onde permaneceu principalmente na zona norte e posteriormente recebeu o restante da família.

No Estado do Amapá, a migração e o deslocamento, ocorreu pelos municípios como Porto Grande, Ferreira Gomes e Calçoene, durou cerca de cinco anos. Em 1995, pai Bené e família foram impulsionados novamente a buscar melhorias de vida, rumo ao município de Oiapoque, situado nas fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa. Como relatou pai Bené, uma certa noite ele sonhou¹³ onde seria o lugar no município de Oiapoque a ser estabelecido o santuário de São Benedito de Aruanda e assentamento da nova comunidade deveria ter a presença de uma árvore conhecida como Samaúma¹⁴.

Um grupo de pessoas liderado por pai Bené, ao caminharem pela mata, encontraram a Samaúma ou mãe grande, sinal de que era o lugar onde deveria ser fundada a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho¹⁵. O novo assentamento de moradia da família Furtado, deve ser compreendido como parte dos cumprimentos e obrigações, com a entidade Mariano recebida por pai Bené. Um dia, a entidade Mariano prometeu que a família Furtado encontraria uma terra prometida para assentar a futura comunidade e criar filhos e netos. Ao achar o lugar ideal e prometido pela entidade Mariano, pai Bené conversou com a então vereadora Maria Holanda, que “permitiu” as primeiras construções de casas e templos no território que já era utilizado pela família Furtado para fazer oferendas às entidades.

Na pequena comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, encontra-se uma comunidade constituída de relações locais de parentesco direto e indireto. O grupo de familiares que residem em uma mesma casa é formado por uma parentela que se estende dos pais até seus netos, genros e noras, exemplos do que pode ser caracterizado como família extensa. Estima-se que existam cerca de cinquenta famílias na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. A maioria da população de

¹³ Há uma clara distinção entre a nossa forma de sonhar e das comunidades tradicionais. Nesse caso, a noção de sonho apresentada por Ailton Krenak (2020, p. 51-52) está atrelada ao sonho de Pai Bené: “uma prática percebida em diferentes culturas, em diferentes povos, de reconhecer essa instituição do sonho não como experiência cotidiana de dormir e sonhar, mas como exercício disciplinado de buscar no sonho as orientações para as escolhas do dia a dia.

¹⁴ “A samaumeira é tipicamente amazônica, árvore grande e forte, conhecida como a “árvore da vida” ou “escada do céu”. Os indígenas consideram-na “a mãe” de todas as árvores. Fonte: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/uma-gigante-da-floresta-no-parque-do-goeldi>. Acesso em: 15 jun. 2020.

¹⁵ O nome Patuazinho, refere-se ao córrego que corta o território da comunidade. O nome Patuazinho está relacionado aos *patois*, uma espécie de amuleto feito para o Candomblé. Já o nome Kulumbu, evoca uma comida típica dos negros da Guiana Francesa, que mantém forte relação com a comunidade. Fonte: Entrevistas: Benedito Anunciação Furtado, 2018-2020; Diva dos Santos Almeida, 2018-2020.

moradores é do sexo feminino. Quanto ao estado civil, os moradores possuem união estável, solteiros ou viúvos.

É possível identificar pessoas que vieram de outras localidades do Maranhão, Pará e Ceará. Como vizinhos, a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho possui a Terra Indígena (TI) Uaçá e faz fronteira com as Guianas. O bom relacionamento da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho com a TI Uaçá¹⁶ e a aldeia do Manga, possibilitou uniões com mulheres da etnia Karipuna. O segundo casamento do pai Bené com uma indígena da etnia Karipuna da aldeia do Manga, gerou as “misturas” de filhas de sangue de indígena e de negro.

Na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho a chegada de indígenas Karipuna acontece devido os laços familiares. Esse é o caso de Claudemir dos Santos¹⁷ (figura 3), de 25 anos, que relatou ter chegado em 2018 na comunidade. A chegada de Claudemir se deu por motivos de doença e em busca de tratamento. Conforme o relato do colaborador, a entidade Mariano de matriz negra africana passou alguns remédios e em uma noite ao conversar com Claudemir, ele lembrou da linhagem da família de Claudemir que já possuía uma longa geração de pajés. O lugar, a mata e a natureza não causaram estranheza. Claudemir ensina por seu relato que o povo Karipuna vem de uma mistura¹⁸ muito grande com negros da Guiana Francesa. Cada povo possui uma linhagem, sejam negros ou indígenas. A moradia na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho passou a ser efetiva quando Claudemir veio cursar a licenciatura intercultural no Campus Oiapoque da UNIFAP.

¹⁶ A comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho está relativamente próxima a três Tis: Galibi, Juminã e Uaçá (GALLOIS; GRUPIONI, 2003; TASSINARI, 2003).

¹⁷ Claudemir dos Santos Batista. Julho de 2020. Entrevistadoras. Oiapoque, Amapá. Entrevista realizada no dia de julho de 2020.

¹⁸ Sobre a mistura de etnias ver Antonella Imperatriz Tassinari (2013).

Figura 3: Claudemir dos Santos Batista, indígena Karipuna que vive na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho.



Fonte: acervo do projeto, 2020.

Na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, negros de outros lugares do Estado do Amapá, como Macapá, estão presentes, como, por exemplo, mostra o relato de Diva dos Santos Almeida, de 56 anos,¹⁹ (figura 4). A colaboradora Diva iniciou seu relato destacando que sua família possui parentes morando em áreas quilombolas, do tempo da avó. No entanto, sua mãe é guianense e o pai brasileiro. Diva dos Santos chegou na comunidade em busca de trabalho para a mãe que queria vender um sítio num lugar em Oiapoque chamado “Pertinho do Céu”. Assim, ela conheceu Pai Bené e o apresentou à mãe. Pai Bené ajudaria com serviços de venda por meio do trabalho religioso. Desde então Diva continuou com Pai Bené nos trabalhos religiosos. Ele jogou os búzios e disse que ela tinha entidades e com o tempo fez tratamentos, hoje ela é filha de santo.

¹⁹ Diva dos Santos Almeida (56 anos). Julho de 2020. Entrevistadoras: Kathelin Thayssa Mendonça Carneiro, Edineth Alves e Leiticia Barros. Oiapoque, Amapá. Entrevista realizada no dia de julho de 2020.

Figura 4: Sra. Diva dos Santos, moradora da comunidade quilombola kulumbu do Patuazinho.



Fonte: acervo do projeto, 2018.

Pessoas negras ou praticantes da religião de matriz africana migraram de outros estados como Maranhão, Pará e Ceará na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. Também é possível identificar negros guianenses que mantêm uniões com mulheres da comunidade. Com o tempo, a formação de novas famílias, basicamente, dos filhos e netos das primeiras a chegarem na área, começou o processo de retomada do território. Não haviam condições de manter uma morada²⁰ principalmente no centro da cidade de Oiapoque, onde a dinâmica econômica ditada é baseada na circulação do Euro, moeda dos países da União Europeia. Os filhos da comunidade tiveram por necessidade que residir nas terras da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho.

Uma das medidas tomadas pelos moradores da comunidade quilombola para garantir o território ocupado foi a mobilização em torno da certificação quilombola. Em 2010, como resultado da luta inicial, a comunidade quilombola recebeu a certificação de comunidade remanescente de quilombo emitida pela FCP. Os moradores da comunidade aguardam a concretização de mais um sonho que é a titulação definitiva do território que eles ocupam. Ao ter a titulação definitiva da terra como uma garantia do território, a comunidade almeja ter no quilombo saneamento básico, escola, posto de saúde e acesso ao transporte público.

²⁰ As casas que estão sendo construídas contribuem para a permanência das pessoas no território.

4. O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KULUMBU DO PATUAZINHO

Em 2018, tivemos o primeiro contato com a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, mas foi em 2019 que de fato passamos a estar constantemente naquele lugar. Assim, procuramos conversar com os moradores e com a liderança pai Bené para conhecer que tipo de pesquisa poderíamos realizar com o apoio da comunidade. Nesse contexto, percebemos que basicamente teríamos que fazer várias frentes de pesquisa, pois a comunidade ainda é pouco conhecida pela sociedade que vive naquela região e no âmbito acadêmico. Nesse percurso, planejamos, em 2020, fazer um mapeamento das relações da referida comunidade com o território.

Para o reconhecimento do território, seguimos algumas recomendações de estudos nesse âmbito. A pesquisa de campo, requer tempo, principalmente porque a “sacada” advém do “estar no campo” (URPI, 2012). As fases da abordagem etnográfica podem ser divididas em três etapas, o olhar, o ouvir e o escrever (OLIVEIRA, 1998). O registro das informações mediante o ver e o ouvir é como as “duas muletas que lhe permitem trafegar” durante o trabalho de campo (URPI, 2012). O pesquisador registra informações mediante ver e ouvir, ao viver a “vida etnográfica” (PRICE, 2007; URPI, 2012).

O reconhecimento do território torna-se mais efetivo quando o pesquisador realiza a aplicação de métodos genealógicos e história de vida que procuram compreender a trajetória da comunidade dentro do seu território (GOLDMAN, 2008; MEIHY; HOLANDA, 2015; PRICE, 2007). Nesse sentido, se utilizou a História Oral Temática, na qual a entrevista é realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico (FREITAS, 2006, p. 21). A existência de um foco central justifica o ato da entrevista em um projeto, recorta e conduz a maiores objetividades (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 35). As entrevistas individuais ou coletivas (informais e formais) foram registradas em aplicativos de telefone celular, diários de campo e fotografias por cada um dos participantes do projeto de pesquisa (figura 5).

Figura 5: Jovens pesquisadoras entrevistando a sra. Diva dos Santos moradora da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho.



Fonte: acervo do projeto, 2020.

Na etnografia do território, em cada ponto levantado *in loco* foi feito o georreferenciamento por meio do GPS como forma de constatação de que cada lugar faz parte da memória social coletiva, associado a uma historicidade e vínculos das famílias que vivem no território (OLIVEIRA, 2012; LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2022; LIMA et al, 2022). Paralelamente ao uso do GPS, também foram feitos registros fotográficos, de cadernos de campo e croquis (esboços ou desenhos). Assim, no campo, o que foi feito foi coletar informações em forma de descrições (URPI, 2012).

Figura 6: Caminhamento de pesquisadores e jovem liderança em área alagada no território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, Igarapé Patua.



Fonte: acervo do projeto, 2020.

Com base na informação do relatório produzido pela empresa *Ecology Brasil* (2018), identificamos que no processo de demarcação do território da comunidade feito pelo INCRA, a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho possui como área estimada 47, 51 hectares, em 2016. Na parte interna do território da comunidade quilombola, basicamente as casas estão localizadas na área de acesso do lugar. A organização espacial da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho é igual a uma aldeia indígena. No centro está a “mãe grande” (Samaúma), a árvore que centraliza a energia espiritual do território e suas raízes servem como altares de caboclos como o índio flecheiro. Próximo à mãe grande são feitos cultos de cura, saúde, dentre outros. Entidades como o Exu Tranca Rua (Angelim²¹) são materializadas em árvores e perto delas são realizadas ações como cortar animais (ex: frango) e “arriar” vela vermelha.

Como fonte de renda, os moradores da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho possuem empregos na área urbana do município de Oiapoque ou fora deste. A prática da agricultura

²¹ A árvore Angelim é muito usada em marcenaria, por ser uma madeira de lei. Nos rituais de Candomblé as folhas e flores do Angelim são utilizadas nos abô dos filhos de Nanã e as cascas utilizadas em banhos fortes com a finalidade de destruir fluídos negativos que possam existir, realizando um excelente descarrego nos filhos de Exu. Fonte: <https://ocandomble.com/ervas/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

já foi uma das bases econômicas da comunidade. A maioria dos moradores da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho organizava-se como grupo familiar e fazia uso compartilhado dos recursos naturais, como a terra. Ao compartilhar a terra, homens e mulheres trabalhavam abrindo roças próximas das residências. As famílias recorriam ao método de corte e queima, tendo como ferramentas o facão, o machado e a enxada. Como tendência do uso da terra, a agricultura dependia do calendário das estações do ano.

No verão plantavam mandioca para a produção de farinha e cultivam “verduras” como cheiro verde e chicória, ou ainda, extraíam-se óleos de buriti e andiroba. Além disso, era retirada madeira para a fabricação de carvão vegetal. A fabricação de carvão ocorre de forma esporádica, sendo essa atividade realizada pelos homens. Na atualidade o plantio de verduras está voltado para consumo das famílias que cultivam pequenas hortas nos quintais de suas casas. Já cultivo de erva é utilizado principalmente nos tratamentos espirituais feitos por alguns moradores da comunidade. As reminiscências quilombolas do estado do Maranhão da comunidade de Vila Maria foram transpostas na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. Este é o caso da religião de matriz africana, uma forma de manter viva as tradições religiosas. No estado do Amapá, a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho é a única que possui como religião a matriz africana, como a umbanda, o keto, o jeju, a mina-nagô e o candomblé (figura 7).

Figura 7: Festa em honra a entidade Mariano na federação da quilombola Kulumbu do Patuazinho.



Fonte: acervo do projeto, 2020.

Na federação, local de reuniões e festas, encontram-se altares que apresentam estátuas de São Jorge, Santa Barbara, São Sebastião, Santa Luzia, Nossa Senhora das Graças, Padre Cícero, Nossa Senhora de Guadalupe, Nossa Senhora Aparecida, Virgem Maria, São Benedito, Boiadeiro, Xangô e cabocla Mariana. Quadro de Joana D’Arc, Preto Velho, Santa Barbara São José, Iemanjá estão presentes na federação. No território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, a “mãe grande” e a mata evocam a prática religiosa. Dispersos no território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho estão as casas de trabalho religioso, relacionadas às diversas entidades religiosas de matrizes africanas, como Iemanjá, Preto Velho, Xangô, caboclo Boiadeiro, cabocla Mariana, Tranca Rua, dentre outros.

Os santuários estão dispersos pelo território da comunidade. Perto de fluxos de água que estão os santuários de Iemanjá (figura 8), materializado por um “amontoado” de pedras cuidadosamente dispostas. Os santuários de Iemanjá foram construídos com rochas e, quando possível, utilizou-se conchas e búzios, elementos de “agrado” das entidades. Para a área do santuário de Iemanjá, geralmente os moradores que realizam trabalhos espirituais, encaminham para banhos pessoas que estão passando por momentos de desespero e agonia.

Figura 8: “Cachoeira” e templo de rochas de Iemanjá na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho.



Fonte: acervo do projeto, 2020.

Dentro do território da comunidade, na mata e em áreas de acesso como caminhos, outros santuários como pontos de vigia podem ser encontrados em lugares estratégicos, podendo ser comparados com guaritas de vigia de um presídio. Cada ponto carrega um desejo do mundo espiritual, por parte das entidades como Exu, Xangô, Oxóssi e Iansã. As entidades solicitam aos moradores da comunidade para colocar os santuários de vigia para afastar pessoas invejosas que possuem intenções consideradas ruins. Em alguns casos, os pontos de vigia podem ter imagens, velas ou somente uma proteção sem objetos.

A paisagem do território é lugar de morada das diferentes entidades que fazem parte da religiosidade de matriz africana que vieram com o núcleo familiar Furtado. O novo território desde o passado possui em sua mata forças ancestrais de negros e indígenas que viveram no lugar e as que migraram do Maranhão com a família Furtado. Os espíritos que vivem em lugares como as matas, os rios e os mares, baixam nos espaços dos terreiros e nos salões de curadores, convivendo com os mortais (GOLDMAN, 2008; SANT'ANNA, 2015). Os encantados e as entidades espirituais dialogam com homens e mulheres, ao fazer parte da vida social, indicando os tabus de valores e práticas (FERRETI, 2000).

5. CONSTRUINDO NOVAS TERRITORIALIDADES E SOCIABILIDADES NAS FRONTEIRAS ENTRE BRASIL E GUIANA FRANCESA

Nos últimos anos, em função da emergência social do tema dos “remanescentes indígenas” e dos “remanescentes de quilombo”, as Ciências Sociais e a Historiografia brasileiras têm revelado, por exemplo, um aspecto da realidade rural que não era objeto de “estudo étnicos” e “estudos raciais”, ou mesmo dos estudos sobre “campesinato”, mas que surge com a força de uma evidência (ARRUTI, 2001, p. 218). Esse é o caso das comunidades rurais que se mobilizam politicamente por territórios de uso tradicional, tendo como base elementos como vocabulário, organização social de tipo étnico, respaldadas ou motivadas pelo reconhecimento legal de seus direitos no ordenamento jurídico nacional (ARRUTI, 2001; LEITE, 2000; OLIVEIRA, 2012; SUPERTI; SILVA, 2015).

O termo quilombo, até recentemente, era utilizado principalmente por historiadores e demais especialistas que por meio de documentações procuravam construir novas abordagens de estudos e interpretações sobre o passado como nação (ARRUTI, 2001; O'DWYER, 2002; OLIVEIRA, 2012). Com a constituição de 1988, o termo quilombo passou a adquirir uma significação atualizada através do art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para atribuir direitos territoriais

aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando terras, sendo-lhes garantidas a titulação definitiva pelo Estado Brasileiro (LEITE, 2000; O'DWYER, 2002; OLIVEIRA, 2012; SUPERTI; SILVA, 2015).

Para Eliane O'Dwyer (2002), a observação dos processos referentes a construção dos limites étnicos e sua persistência nos casos das comunidades negras, também conhecidas como terras de preto (termo nativo e não uma palavra importada historicamente e reutilizada), permite considerar que a afiliação étnica é tanto uma questão de origem que pode ser comum ou de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados. A atribuição de direitos por meio dos termos como quilombo exigiu que pesquisadores debatessem essa conceituação (SUPERTI; SILVA, 2015). Da mesma forma, os movimentos sociais negros colocavam como pauta de suas agendas do dia o debate político sobre a construção, reconhecimento e implantação do direito ao território (ARRUTI, 2001; O'DWYER, 2002; SUPERTI; SILVA, 2015).

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi convocada pelo Ministério Público (MP) a dar seu parecer sobre essas questões conceituais. A ABA criou em 1994 um Grupo de Trabalho (GT) sobre comunidades negras rurais (GTCNR) e os pesquisadores colocaram por terra a tendência de associar as definições dos quilombolas a resíduos arqueológicos de ocupação ou de comprovação biológica (LEITE, 2000; OLIVEIRA, 2012; SUPERTI; SILVA, 2015). Jorge Eremites de Oliveira (2012, p. 265) destaca que no caso das comunidades remanescentes de quilombo, a identidade étnica tem a ver com o processo de autoidentificação, assim estabelecido pelo Decreto nº 4.887/2003, onde as comunidades são formadas pelas coletividades humanas, grupos sociais cuja identidade étnica está associada à história das populações escravizadas no país e por vezes a organização social que as distingue do restante da chamada sociedade nacional.

O reconhecimento do território por parte das comunidades quilombolas no Brasil, decorre principalmente dos conflitos de terra, em contextos protagonizados por diferentes atores sociais, como quilombolas e frentes de expansão da sociedade envolvente (MARIN; CASTRO, 2004; ARRUTI, 2001; LEITE, 2000). É preciso lembrar que no Brasil contemporâneo, em especial na Amazônia, hoje estão no meio urbano das cidades e se encontram ameaçados (MARIN; CASTRO, 2004; ARRUTI, 2001; SUPERTI; SILVA, 2015). Quando se trata de comunidades quilombolas em áreas de fronteiras e geradas pelos processos de migração, o tema se torna ainda mais complexo (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2021, 2022; LIMA et al, 2022).

A chegada a região de Oiapoque foi impulsionada²² pela cosmologia da religião de matriz africana, que nesse espaço criaram um lugar que mescla elementos afrodescendentes e indígenas. Os santos, as entidades, a paisagem e o cotidiano das pessoas que vivem na comunidade “misturada” Kulumbu do Patuazinho explicam as relações com o lugar. Não só a busca por trabalho moveu a família Furtado para as fronteiras do Brasil e Guiana Francesa. O território era uma promessa da entidade Mariano incorporada por pai Bené. Um dia, Mariano disse que eles teriam um lugar para viver, a terra prometida. Assim, a família Furtado foi “jogada” pelas forças das entidades para viver nessa terra.

O território ocupado pela população negra é o lugar de produção de cultura, expressa por lugares como as roças, a federação, a mata, as festas de santos e divindades, que compõem o patrimônio cultural da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. A constituição dos patrimônios é outro elemento importante para a construção das identidades de determinados grupos étnicos (ABREU; MATTOS, 2008). Para Pacheco (2012, p. 198), em tempos contemporâneos, as cosmologias afroindígenas são continuamente reafirmadas por meio da recriação de saberes, danças, cantos, religiosidades e outras sociabilidades que se encontram na amazônia. As narrativas dos mais velhos, como pai Bené fundador da comunidade, guarda as tradições e histórias, que são contadas principalmente para os jovens como forma de lembrar das dificuldades de assentar a comunidade. A partilha das experiências e a constituição da identidade quilombola marcada pelo sentido de pertencimento e construção de uma territorialidade (FUNES, 2015)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No passado, em fronteiras transnacionais nas áreas do Suriname, Guiana Francesa, Guiana Holandesa, Grão-Pará e Baixo Amazonas, as documentações registram indícios de contatos entre negros mocambeiros, seus remanescentes como os *maroons* do Suriname e redes de contato e apoio de grupos indígenas locais que de ambos os lados das fronteiras já tinham a tradição de migrações constantes que resultaram em encontros originais (GOMES; DOMINGUES, 2013; QUEIROZ; GOMES, 2002). Na Amazônia e suas fronteiras é preciso refletir ao falar de “misturas” quem eram

²² Outro exemplo semelhante vem da década de 1900, quando migrantes dos quilombolas Saramacá grupo descendente de africanos livres do Suriname se estabeleceu na Guiana Francesa em St. George de l' Oiapok e Caiena, onde a história desse povo só pode ser compreendida por meio das relações com a cosmologia de vida (PRICE, 2007). O passado é sempre transformado em passado significativo, ou seja, a história deles (PRICE, 1983a).

“índios” ou “negros” e onde eles estão presentes nas narrativas coloniais e pós-coloniais (GOMES; DOMINGUES, 2013; MONTEIRO, 2001; SAMPAIO, 2011).

No norte amazônico, nas florestas transnacionais “inventadas” por mocambeiros e indígenas, a história das relações entre as populações negras e indígenas envolve narrativas de desmandos, lutas por autonomia, opressões, contatos, agenciamentos, demarcações territoriais e migrações, que articulam passado e presente de fronteiras étnicas borradas (GOMES; DOMINGUES, 2013; MONTEIRO, 2001). No entanto, ainda são escassos os estudos em etno-história que abordem temas como miscigenação, fusão e interação de grupos étnicos indígenas e negros (ARRUTI, 2001; GOMES; DOMINGUES, 2013; FUNES, 1995; MONTEIRO, 2001; WHITEHEAD, 2002). Além disso, deve-se problematizar as relações entre negros e indígenas em torno do território não só no passado, mas na contemporaneidade.

Os estudos sobre memória e a etno-história de comunidades negras e indígenas, muitas delas remanescentes de mocambeiros em todo o Brasil, revelam diferentes perspectivas da formação de identidades, processos de recuperação de narrativas e territorialização em torno delas (GOMES; DOMINGUES, 2013). As fronteiras entre o Brasil e Guiana Francesa são espaços onde o sentido de migração é uma peça chave para compreender a formação de comunidades quilombolas, que ocorre por meio de processos como o fluxo de pessoas dos mais variados Estados brasileiros que chegam na região a procura de melhores condições de vida. Esse é o caso da Família Furtado que migrou na década de 1990 para o estado do Amapá em busca de melhores condições de vida (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2021).

O reconhecimento do direito dos territórios quilombolas trata-se de uma questão mal resolvida por parte do Estado Nacional brasileiro e de resistência por parte da sociedade envolvente (OLIVEIRA, 2012, p. 267). Esses territórios que passaram a ser reivindicados diante dos conflitos, devem ser compreendidos dentro de dinâmicas mais amplas e do ponto de vista dos seus ocupantes, nesse caso as comunidades negras que o ocupam. O processo de formação de comunidades negras e suas relações com a terra implica perpassar por narrativas, memórias e territorialidades.

A pesquisa de campo, na metodologia das entrevistas formais e informais, registro fotográfico e caminhamentos no território, possibilitou compreender a construção de novas narrativas nesse espaço de fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa, no município de Oiapoque. A orientação adotada considerou os conflitos de terra, a história da sua formação e a importância do território para a

comunidade que vive nas fronteiras, ao redimensionar na história da região uma comunidade negra quilombola e sua interligação com outros grupos étnicos como os indígenas.

Portanto, é necessário conhecer o significado do território ocupado e reconhecer que os grupos negros retiram da terra não somente a produção necessária para seu sustento, mas as histórias referentes à ocupação singular do lugar (MARIN; CASTRO, 2004, p. 38). O território ocupado pela comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho é preñado de memórias e de vínculos sociais e sagrados que foram construídos ao longo do tempo nesse novo lugar, dado o processo de migração da família Furtado que perpassou os estados do Maranhão e Pará (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2021, 2022). Nesse novo espaço, em que já existiam presenças ancestrais de outros tempos e outros sujeitos do passado, a nova ocupação do território é feita pela família Furtado (LIMA et al, 2022).

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. **Pelos Caminhos do Jongo/Caxambu: História. Memória e Patrimônio.** Niterói: UFF. NEAMI, 2008.

ALMEIDA, Diva dos Santos (56 anos). Julho de 2020. Entrevistadoras. Oiapoque, Amapá. Entrevista realizada no dia de julho de 2020.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Apresentação. In: VIDEIRA, Piedade Lino. **Batuques, folias e ladainhas.** A cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

ARRUTI, José Maurício Andion. Agenciamentos Políticos da “Mistura”: Identificação Étnica e Segmentação Negro-Indígena entre os Pankararú e os Xocó. **Estudos afro-asiáticos**, v. 23, p. 215-254, 2001.

BATISTA, Claudemir dos Santos (25 anos). Julho de 2020. Entrevistadoras. Oiapoque, Amapá. Entrevista realizada no dia de julho de 2020.

BONFIM, Marcela. Amazônia Negra. **REVISTA POIÉISIS**, v. 22, n. 37, p. 209-220, 2021.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. **Entre conflitos, negociações e representações: O contestado Franco-Brasileiro a última década do século XIX.** Belém: Associação de Universidades de Altos Estudos Amazônicos, 2008.

ECOLOGY BRASIL. **PCH Salto Cafesoca: Estudo do Componente Quilombola e Plano Básico Ambiental Quilombola.** Maio, 2018.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Maranhão Encantado**: encantaria maranhense e outras histórias. São Luís: UEMA, 2000.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). Editora Expressão Popular, 2005.

FREITAS, Sônia Maria. **História oral**: possibilidades e procedimentos. Editora Humanitas, 2006.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro. Certifica que a Comunidade de Kulumbu do Patuazinho, se autodefinem como remanescente de quilombo. 11 nov. 2009.

FUNES, Eurípedes. **“Nasci nas matas nunca tive senhor”**: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese (Doutorado em História Social) - Programa em História Social, Universidade de São Paulo, 1995.

FUNES, Eurípedes Antônio. Comunidades mocambeiras. In: GRUPIONI, Denise Farjado; ANDRADE, Lúcia Mendonça Morato de. (Orgs.). **Entre Águas Bravas e Mansas. Índios e quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: CPI - Comissão Pró-Índio de São Paulo / IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, 2015.

FURTADO, Benedito Anunciação. (51 anos). Julho de 2020. Entrevistadoras. Oiapoque, Amapá. Entrevista realizada no dia de julho de 2020.

GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIONI, Denise Farjado. **Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará**: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? São Paulo: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, 2003.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia. Ponto Urbe. **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 3, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. Migrações, populações indígenas e etno-gênese na América Portuguesa (Amazônia Colonial, s. XVIII). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1a ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flavio Santos; DOMINGUES, Petrônio. Indígenas, mocambeiros e identidade transétnica nas florestas das Guianas, Brasil-Suriname, século XIX-XX. In: **Da nitidez e invisibilidade**: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

HURAUULT, Jean. **Français et Indiens en Guyane**. Union Générale d'éditions 8, 1972.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2 ed.-São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LIMA, Jelly Juliane Souza; GAMBIM JÚNIOR, Avelino. **“Quilombolas do norte do Amapá (Séc. XVIII-XXI): estudos históricos, etnográficos e arqueológicos”**. Primeiro relatório de campo: comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. Macapá, 2020.

LIMA, Jelly Juliane Souza; GAMBIM JÚNIOR, Avelino. Relato de experiência: A prática da pesquisa histórica e o uso de metodologias alternativas para o reconhecimento do território da Comunidade Quilombola Kulumbu do Patuazinho na fronteira franco-brasileira. **Kwanissa**, São Luís, v. 05, n. 12, p. 437-460, jan/jun, 2022.

LIMA, Jelly Juliane; GAMBIM JÚNIOR, Avelino; SILVA, Edineth Alves; CARNEIRO, Kathelin Mendonça; BATISTA, Claudemir dos Santos. Territorialidade negra no espaço transnacional entre Brasil e Guiana Francesa: o caso da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho (1990 a 2021). **Cadernos do Lepaarq**, v. XIX, n.38, p. 164-189, Jul-Dez. 2022.

LUNA, Verônica Xavier. **Entre o Porteau e o Volante**: africanos redesenhando a Vila de São José de Macapá-1840-1856. João Pessoa-PB: Editora Sal da Terra, 2011.

MAM-LAM-FOUCK, Serge. **Histoire de la société guyanaise**: Les Années cruciales (1848-1946). FeniXX, 1986.

MAM-LAM-FOUCK, Serge. **La Guyane française au temps de l'esclavage, de l'or et de la francisation (1802-1946)**. Ibis Rouge Editions, 1999.

MARIN, Rosa Acevedo & CASTRO, Edna. **No caminho de Pedras de Abacatal**: experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA/UFPA, 2ª.ed. 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabiola. **História oral**: como fazer, como pensar. - 2.ed. 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Pr-AP-00015804/2021.

MONTEIRO, John Manuel. **Entre o etnocídio e a etnogênese**: identidades indígenas coloniais. Tese (Livre-docência)- Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

NIMUENDAJÚ, Curt. **In Pursuit of a Past Amazon**: Archaeological Researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region, edited by Per Stenborg. Etnologiska Studier vol. 45, Världskulturmuseet i Göteborg, Göteborg, 2004.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Ofício Associação da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. Denúncia de conflito e invasão de terra quilombola da comunidade e requisição de medidas de contenção da situação junto ao Ministério Público Federal (MPF) no Amapá. 16 jul. 2021.

OLIVEIRA, Jorge Eremites. O uso da arqueologia para o reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas no Brasil. In: **Tempos ancestrais**. Walter Facundes Morales, Flavia Prado Moi, 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo, v. 15, p. 169-188, 1998.

PACHECO, Agenor Sarraf. Cosmologias afroindígenas na Amazônia marajoara. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 44, 2012.

POLICIA FEDERAL. Mandado de Intimação nº 4057028/2021. Intima a liderança Benedito Anunciação Furtado para que compareça a Unidade de Polícia Federal (Centro, Oiapoque, Amapá) na data de 02/09/2021, às 10:00 horas da manhã para prestar esclarecimentos no interesse de caso supracitado.

PRICE, Richard. Liberdade, fronteiras e deuses: Saramacas no Oiapoque (c. 1900). In: CUNHA, Olívia Maria Gomes; DOS SANTOS GOMES, Flávio. **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. FGV Editora, 2007.

PRICE, Richard. **First-time**: the historical vision of an Afro-American people. Johns Hopkins University Press, 1983a.

PRICE, Richard. **To slay the hydra**: Dutch colonial perspectives on the Saramaka wars. Karoma Pub, 1983b.

QUEIROZ, Jonas Marçal & GOMES, Flávio dos Santos. Amazônia, fronteiras e identidades: Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas-séculos XVIII-XIX). **Lusotopic**, v. 9, n. 1, p. 25-49, 2002.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Africanos e índios na Amazonia: experiencias de precarizacao da liberdade. **Simpósio Internacional América**: poder, conflito y política, 2011.

SANT'ANNA, Márcia. **Escravidão no Brasil**: os terreiros de Candomblé e a resistência cultural dos povos negros. Consultoria em, v. 17, p. 9, 2015. In: http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/escravidao_no_brasil_os_terreiros_de_candomble_e_a_resistencia_cultural_dos_povos_negros.pdf. Acessado em 21 de setembro de 2021.

SCHWARTZ, Stuart. Mocambos, quilombos e Palmares: a resistencia escrava no Brasil colonial. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 17, n. Especial, p. 61-88, 1987.

SUPERTI, Eliane & SILVA, Gutemberg Vilhena. Comunidades Quilombolas na Amazônia: construção histórico-geográfica, características socioeconômicas e patrimônio cultural no Estado do

Amapá. Confins. **Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 23, 2015.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. **No Bom da Festa**. O processo de construção cultural das Famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. Ponto Urbe. **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 11, 2012.

VIDAL, Lux Boelitz. O modelo e a marca, ou o estilo dos "misturados". *Cosmologia, História e Estética entre os povos indígenas do Uaçá*. **Revista de Antropologia**, v. 42, p. 29-45, 1999.

WHITEHEAD, Neil. Arawak linguistic and cultural identity through time: Contact, colonialism, and creolization. **Comparative Arawakan Histories: Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia**, p. 51-73, 2002.

Data de submissão: 20/11/2022

Data de aprovação: 22/03/2023